

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2022
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Pronuncia-se a respeito de um tema, que considera estar bem complicado na rede estadual de ensino em Santa Catarina, que é a questão do piso salarial do Magistério. Menciona que, no ano de 2008, o ex-Presidente Lula sancionou a Lei nº11.738, a qual garante a todos os profissionais da educação da rede pública de ensino que 2/3 sejam em sala de aula e 1/3 da hora-aula para planejamento, estudos, coordenação. Reporta-se à ação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, e sobre decisão transitada em julgado do

Tribunal de Justiça em relação à referida hora, de 21 de outubro do ano passado. Após isso, o Governo do Estado editou um decreto e o Secretário da Educação à época editou uma portaria sobre o cumprimento dessa hora-atividade.

Menciona que o Governo do Estado não está garantindo esse item no caso dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental ou de educação especial, alegando que na Lei Complementar n.688, que é o Plano de Carreira da Educação, diz que os professores dos anos iniciais ou de educação especial recebem uma gratificação de 12%, a chamada gratificação de unidocência, e com isso se abriria mão da hora-atividade. Relata que não é dada a nenhum professor a opção de escolher se quer ou não a citada gratificação para desistir da hora-atividade, simplesmente diz-se que a lei é assim.

Faz citação da portaria editada em 11 de julho do presente ano, que trouxe pequenos avanços, entre os quais, o professor que trabalha em mais de uma escola estadual pode escolher fazer hora-atividade na sua escola. Em tempo, discorre sobre reunião que teve em 24 de maio com o Secretário da Educação e sua equipe, quando alguns assuntos foram discutidos, como a fala do Secretário de que a decisão judicial seria cumprida, porém nessa última semana a Secretaria da Educação diz que mudou o entendimento sobre a dita fala, não vai mais garantir 1/3 da hora-atividade para os professores dos anos iniciais e de educação especial, porque eles têm os 12% de unidocência.

Demonstra sua indignação ao dizer que o problema não é financeiro, pelos números que foram demonstrados, mas a Secretaria da Educação está ignorando a grave situação, que precisa ser resolvida para resgatar o espírito da lei federal de 2008, que é igualdade para todos, tempo de estudo e planejamento iguais, equitativa a todos os profissionais da educação da rede pública de ensino. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Deputado Padre Pedro Baldissera - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Registra a presença dos estudantes da Universidade de Santa Catarina-Udesc, que estão se preparando para a administração pública e visitam a Alesc na presente data. Dá boas-vindas, desejando que sintam-se bem no Parlamento e que no futuro possam participar do mesmo. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Informa que, na semana anterior, visitou a Região Serrana e o Meio-Oeste, onde tomou ciência de que os produtores rurais estão novamente enfrentando problemas com o Ibama. Comenta que os fiscais do Ibama estão desrespeitando o Código Florestal Estadual aprovado pelo Parlamento catarinense. Acrescenta que se trata de uma perseguição ideológica, um abuso de autoridade, pois os fiscais estão aplicando autuação e prejudicando os produtores rurais e também o Governo Federal. Informa que pesquisará os perfis nas redes sociais dos fiscais do Ibama para exibir no telão, alegando que são militantes, e deixa seu repúdio a estas fiscalizações ideológicas.

Demonstra preocupação com a proibição, pelo Ministro Alexandre de Moraes, de qualquer tipo de publicação que ligue o PCC ao PT. Menciona que quem citou esse envolvimento foi Marcos Valério, em uma delação homologada pelo STF. Acrescenta que é uma situação grave, e comenta que o Ministro está agindo como advogado de defesa do PCC ou do PT, pois está desrespeitando um documento homologado. [Taquígrafia: Northon]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Exibe no telão uma publicação da Folha de S. Paulo, que diz: "Bolsonaro cometeu crimes passíveis de cassação e *impeachment* em fala com embaixadores." O Deputado esclarece, entretanto, que a conversa do Presidente Jair Bolsonaro com os embaixadores foi para solicitar apoio internacional em busca de transparência nas eleições de outubro de 2022.

Cita a fala do Presidente sobre querer confiança e transparência no sistema eleitoral brasileiro, e concluiu mostrando o desejo de aprimorar padrões de transparência e segurança do processo eleitoral, enfatizando que a prioridade é assegurar que prevaleça, de modo inquestionável, a vontade do povo brasileiro. Lamenta a matéria publicada pela Folha de S. Paulo e afirma que faz parte da sua obrigação trazer a verdade sobre a fala do Presidente.

Na sequência, exhibe imagem onde o Governador Moisés afirma que desobedecerá a limitação de 17% no ICMS. Comenta que essa afirmação aconteceu há alguns meses, quando foi noticiado que seria votado o PLP-18, que garantia o teto de 17% para cobrança de ICMS nos Estados do País. Acrescenta que aconteceram outras publicações em outros jornais, mas foram apagadas. Lê outra publicação onde o Governador Carlos Moisés diz que baixou os impostos. O Deputado questiona essa afirmação, pois o Governador não teve mérito algum na redução dos impostos, mas sim o Governo Federal, a Câmara Federal e o Senado.

Deixa claro que existem apenas dois políticos conservadores e apoiadores de Bolsonaro em Joinville: Deputado Federal Coronel Armando e Deputado Estadual Sargento Lima. Anuncia que no próximo dia 07 de setembro organizará um evento em frente ao prédio da Câmara dos Vereadores de Joinville, comemorando a data, portanto, o público poderá ver quem são os verdadeiros políticos residentes na cidade que apoiam o atual Presidente. Desafia os pré-candidatos que se dizem bolsonaristas a declararem apoio público a seus candidatos a Governador e Presidência.
[Taquiografia: Northon]

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Apresenta estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que observou os boletins de ocorrência registrados em 12 Estados no primeiro semestre de 2021, onde Santa Catarina ocupa o segundo lugar com maior taxa de estupro e exploração sexual de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos por 100

mil habitantes. Observando, ainda, que comparado ao primeiro semestre de 2020, o Estado teve um aumento de 5,5% nesta taxa. Além desses números preocupantes, o estudo também apontou que Santa Catarina lidera a taxa de casos de maus tratos e lesão corporal contra crianças e adolescentes da mesma faixa etária, tendo um aumento de 53% quando comparado ao ano de 2020.

Manifesta preocupação quanto aos diversos casos de violência sexual contra menores noticiados recentemente, especialmente com os ocorridos em Santa Catarina. Solicita união e empenho dos órgãos competentes, como a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia e a Secretaria de Estado, na busca de campanhas e ações para reduzir estes números e coibir os casos de violência contra crianças e adolescentes. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Corroborar a fala do Deputado Fabiano da Luz, e diz que é muito preocupante esta situação. Registra sua conversa com professoras de uma escola de futebol infantil, que relataram o expressivo número de denúncias pelas alunas que conseguiam sair do convívio onde sofriam violência. Ressalta que com o trabalho social através do esporte a vida dessas crianças pode ser mudada, pois infelizmente há um submundo atingindo crianças e adolescentes. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Parabeniza o povo do Município de Porto União, também ao Ex-Secretário de Estado da Saúde, André Motta, e ao Governo estadual, que atenderam a reivindicação de lideranças da cidade, a direção do hospital e o seu pedido para instalação de UTI neonatal e pediátrica no Hospital São Braz.

Informa que tal ação irá beneficiar toda população do Planalto Norte, principalmente as crianças da região, destacando que foi um sonho que se tornou realidade. Exibe imagens da apresentação do projeto no seu gabinete e na Secretaria de Estado da Saúde. Agradece a todos

que colaboraram para que esta ação tão necessária e urgente se concretizasse. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta que o litro de leite em Santa Catarina está acima de R\$ 9, aumentou de forma exorbitante. Questiona como explicar para a população catarinense este aumento de um produto tão importante. Lembra que a Alesc aprovou projeto relacionado à política pública de incentivo fiscal à produção leiteira, que foi solicitado pelo Governo Estadual, o que aumentou a arrecadação de impostos, mas infelizmente o preço do leite, em vez de baixar, subiu.

Demonstra preocupação com relação a projeto enviado a Casa pelo Poder Executivo, que trata de novas regras para o pagamento pecuniário das parcerias público-privadas. Apresenta fotos no telão do Plenário sobre o projeto. Destaca que o referido projeto garante o retorno dos investimentos, citando o Centro de Convenções de Balneário Camboriú.

Critica o Governo estadual, explicando que a gestão do referido centro foi entregue para um concessionário e discorre sobre a situação. Indaga como um concessionário de serviço público é contratado para trabalhar no gabinete do Governador, e diz que vai fiscalizar e continuar informando os catarinenses sobre a questão. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Anuncia que foi liberado pela Anvisa a vacinação de crianças entre 3 e 5 anos, e registra sua manifestação perante a Secretaria da Saúde para que seja iniciada as aplicações no Estado de Santa Catarina. Faz apelo para que as crianças comecem a ser vacinadas o mais rápido possível, mencionando

a importância de que seja dada continuidade ao combate à pandemia.

Discorre sobre a implantação do 5G em Santa Catarina. Cita que muitas pessoas ainda não possuem sinal de *internet* e informa que, em 21 cidades, mais da metade dos habitantes estão sem cobertura de telefonia celular.

Alega que comemorar o 5G é importante, porém a prioridade deve ser a ampliação do sinal de telefonia em todas as localidades do Estado. Expõe a necessidade de investimentos, por parte das operadoras, nas comunidades que ainda estão sem cobertura. [*Taquigrafia: Roberto*]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.
(Pausa)

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Reabre a sessão e antes de passar à Ordem do Dia, faz o seguinte registro:

"Comunico a todos os Parlamentares que em reunião de Líderes, na data de hoje, ficou deliberado que a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pela Deputada Ana Campagnolo e demais 21 assinaturas, recebeu Parecer favorável da Procuradoria desta Casa. A CPI será recebida, entretanto, os senhores Líderes requerem uma semana para consultar suas bancadas sobre o calendário de trabalho da CPI e outros assuntos pertinentes.

Na próxima semana teremos nova reunião de Líderes para definir a tramitação da CPI, sendo posteriormente comunicado ao Plenário, na forma regimental, o que for decidido. Cabe esclarecer, aqui, que o Parecer da Procuradoria faz alguns encaminhamentos, e o que estamos tentando tratar com todo o Parlamento, e no momento representado pelos seus Líderes, é que nós estamos vivendo num período de eleição, e estamos também com um calendário especial aprovado por esta Casa.

Também há que se deixar aqui que, quando os Líderes pedem cautela de uma semana, é porque será um CPI em que o processo tramita em segredo de Justiça. A Presidência deixa claro que no parecer da Procuradoria todos os requisitos foram preenchidos, como disse, tem 22 assinaturas e um Parecer favorável da Procuradoria da Casa, mas quero me assegurar com todo o Parlamento sobre a forma que nós vamos instalar, e de que forma vai se proceder para os depoimentos à CPI.

Portanto, quero deixar claro a todos que esta Presidência respeita a decisão do Plenário, mas vai trabalhar para que se faça cumprir tudo aquilo que estabelece o Regimento da Casa e o direito dos Parlamentares.

Feito o comunicado, passaremos à Ordem do Dia." [Transcrição: Taquígrafa Sara]

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0237/2021.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0003/2022, de autoria do Deputado Marcius Machado e outro(s), que acrescenta art. 120-D à Constituição do Estado, com o propósito de autorizar a destinação de recursos públicos, provenientes de emendas parlamentares impositivas, para hospitais inadimplentes.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0360/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que acrescenta dispositivo à Lei n° 17.491, de 2018, que "Institui a política de gestão de pássaros nativos da fauna brasileira e exótica no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", para conceituar e inserir a classe de aves "Psittaciformes".

Ao presente projeto foi apresentada emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com os votos contrários dos Deputados Bruno Souza e Jessé Lopes.

Pedido de Informação n. 0320/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca do TP n° 57/2022 que tem como objeto a manutenção do pavimento rígido e da sinalização vertical e horizontal da Rodovia SC-418, trecho entroncamento BR-101 para Joinville - Alto da Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0334/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca do Edital n° 255/2021 que tem como objeto a implantação e pavimentação da Rodovia SC-370 trecho entre Urubici e Rio Rufino.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0335/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca do Edital n° 249/2021 que tem como objeto obras de reabilitação com aumento da capacidade (duplicação) da Rodovia SC-108 trecho entre Guaramirim - Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0336/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca do Edital n° 036/2022 que tem como objeto obras de reabilitação com aumento de capacidade da Rodovia SC-108, trecho Guaramirim - Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0337/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0243.3/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0338/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0213.8/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0339/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0180.5/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0340/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0212.7/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0341/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0209.1/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0342/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca da resposta ao pedido de informação n° 0196.2/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0343/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca da resposta ao pedido de informação nº 0232.0/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0344/2022, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Chefe da Casa Civil informações acerca da existência de regulamentação de cadastro de compras de materiais usados de metal para revenda.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0345/2022, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca do pagamento de vale transporte aos professores efetivos do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0600/2022, de autoria do Deputado Pepê Collaço, cumprimentando os atletas da Associação Desportiva Recreativa de Atletismo de Tubarão - ADRA pelas medalhas conquistadas no Estadual Sub-18.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0610/2022, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando os Policiais Militares Soldado Malgarise e Soldado Cauê, do 9º Batalhão de Polícia Militar pela evacuação de prédio em chamas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0611/2022, de autoria do Deputado João Amin, apelando à Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SAP/MAPA para que inclua o município de Garopaba na extensão territorial definida para uso de motor nas embarcações de pesca artesanal prevista na Portaria SAP/MAPA nº 617.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0612/2022, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, cumprimentando o atleta internacional Eduardo Corrêa da Silva por seu desempenho em competições internacionais de Fisiculturismo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0613/2022, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, cumprimentando o senhor José Gesser Junior, Bombeiro comunitário, pelo seu desempenho profissional por mais de 20 anos junto a veículos de emergência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1269/2022, de autoria do Deputado Bruno Souza, requerendo a convocação do Secretário de Estado da Saúde para detalhar as medidas emergenciais que serão adotadas para aumentar de 82 para 92 a disponibilidade de novos leitos de UTIs infantis - neonatal e pediatria.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados José Milton Scheffer, Bruno Souza e Maurício Eskudlark.

Não havendo mais quem queira discutir, encerra a discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Milton Sheffer faz o encaminhamento de votação pela rejeição do requerimento.

A Presidência informa que há um requerimento do Deputado Bruno Souza para a convocação do Secretário, e há uma proposta do Deputado José Milton Scheffer para que se aguarde a presença do Secretário em atendimento ao convite. Como não está havendo entendimento, a matéria será colocada em votação.

Está em votação a matéria. Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram, e os que não concordam se manifestem.

Cinco senhores Deputados manifestaram-se contra o requerimento, desta forma está aprovada por maioria a convocação ao Secretário.

[Taquígrafa: Sara]

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1291/2022, 1294/2022, 1295/2022, 1296/2022, 1297/2022, 1298/2022, 1299/2022, 1301/2022, 1302/2022, 1303/2022, 1304/2022, 1305/2022, 1306/2022, 1307/2022 e 1308/2022, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1292/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro; 1293/2022, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 1300/2022, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1309/2022 e 1310/2022, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1311/2022, de

autoria do Deputado Felipe Estevão; e 1312/2022, de autoria do Deputado Nilso Berlanda.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0572/2022, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0573/2022, de autoria do Deputado João Amin; 0574/2022, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 0575/2022, de autoria do Deputado Bruno Souza; 0576/2022, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 0577/2022, de autoria do Deputado Jessé Lopes.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Discorre sobre a "CPI do Aborto" e agradece a Procuradoria da Casa por ter apresentado parecer favorável à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Menciona pronunciamento anterior realizado por um Deputado do Partido dos Trabalhadores, o qual apontou que Santa Catarina é o segundo Estado que mais registra casos de abuso contra crianças.

Afirma que se sente orgulhosa por fazer parte da Casa e por ter sido eleita junto a Deputados tão sérios e comprometidos. Ressalta que nunca usou a Tribuna para atacar ou expor um Parlamentar pessoalmente, mas considera que chegou o momento de fazer ressalvas neste sentido.

Cita que 21 dias atrás solicitou a instalação de uma CPI sobre o aborto, quando também afirmou que tinha muito orgulho de ter votado contra o requerimento que criou a Procuradoria Especial da Mulher na Alesc, assim como disse ter orgulho de não fazer parte da Bancada Feminina, a qual acha que deveria mudar o nome para "Bancada Feminista".

Comenta que a Procuradoria Especial da Mulher, cujo motivo são as mulheres, completou um ano de funcionamento e, em sua concepção, não fez absolutamente nada de relevante a não ser assinar

"notinhas de repúdio" e emitir pareceres duvidosos.

No seu entendimento, "a gota final, a última gota, do abuso da Procuradoria da Mulher e da Bancada Feminina, nesta Casa, foi quando utilizaram a Assembleia Legislativa de Santa Catarina nas suas redes sociais oficiais para defender a morte de um bebê de sete meses e para achincalhar, difamar duas mulheres catarinenses. Quais foram elas? Uma Promotora do Ministério Público de Santa Catarina e uma Magistrada do Tribunal de Justiça."

Expõe que os projetos de lei apresentados por Deputadas da Bancada da Mulher estão deixando crianças vítimas de estupro sem atendimento para produzir provas periciais. Exibe ementa do PL n. 0187.5/2018, que foi aprovado na Casa e está em vigência há mais de um ano. Menciona que o terceiro parágrafo do projeto de lei diz que as meninas e adolescentes terão que ser atendidas obrigatoriamente por peritas do sexo feminino, sendo que em todo o Estado existem apenas 15 médicas legistas em atuação.

Ressalta que o projeto, apesar das diligências que apontavam problemas, tramitou normalmente e virou lei. Após isso, a Assembleia Legislativa recebeu apelo do Instituto Geral de Perícias, apontando que as crianças estavam tendo seus direitos comprometidos.

Finalizando as suas considerações, apresenta documento contendo mais de 100 mil assinaturas de cidadãos que apoiam a CPI do Aborto, e pede celeridade e apoio para que a Comissão tramite o mais rápido possível. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Em resposta à solicitação da Deputada Ana Campagnolo, assegura que, dentro da possibilidade legal, essa Casa vai dar celeridade ao seu pedido. A única coisa que a Presidência pede é que não se faça nada em atropelo, para assim poder contar com a participação de todos os Parlamentares.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Agradece ao senhor Presidente. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Passa a palavra ao próximo orador inscrito em Explicação Pessoal.

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Comenta sobre a CPI que foi aprovada nesta Casa, lembrando que foi o primeiro a assinar o requerimento e posiciona-se contrário a prática do aborto. Diz que o caso em si precisa ser investigado e reforça que a população foi levada ao erro por meio de veículos de comunicação.

Discorre sobre o fatídico caso do aborto que fora recomendado pelo Ministério Público Federal e realizado no Hospital Universitário, questionando se agora o Ministério Público Federal manda fazer aborto e se pelo menos conheceu os autos do processo. Mostra-se indignado e pede que sejam investigados e também responsabilizados os envolvidos.

Explica o caso quanto aos ritos legais jurídicos, e afirma que a Constituição foi rasgada e que tudo isso foi um grande erro. Presta seu apoio a Deputada Ana Campagnolo e ressalta o seu compromisso de investigar junto a CPI do aborto.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]